

Um argumento contra a tese da subjetividade ontológica da consciência no naturalismo biológico de John Searle

An argument against the thesis of the ontological subjectivity of consciousness in John Searle's biological naturalism

Tárik de Athayde Prata¹

RESUMO

John Searle alega que a consciência é *ontologicamente subjetiva*, pois os fenômenos mentais conscientes só existem na medida em que são vivenciados. Portanto, fenômenos mentais são essencialmente conscientes, na medida em que seu caráter mental depende de sua conexão com a consciência. Entretanto, para compatibilizar (a) a aceitação de fenômenos mentais inconscientes com (b) essa sua visão cartesiana da consciência (como a *essência* da mente), Searle defende (c) uma teoria *disposicional* do inconsciente. O problema é que casos de causação mental inconsciente exigem que certas propriedades mentais importantes (propriedades sensoriais e propriedades intencionais) existam de modo *ocorrente*, e não meramente de forma disposicional. Ao aceitar a causação mental inconsciente, Searle está se comprometendo (inadvertidamente) com uma existência mental *independente* da consciência. E tal existência inconsciente implica que certos fenômenos mentais são ontologicamente *objetivos*, e não subjetivos, como ele alega, pois eles existem sem serem vivenciados.

Palavras-chave: Subjetividade ontológica, inconsciente, disposição, causação mental, objetividade.

ABSTRACT

John Searle claims that consciousness is *ontologically subjective*, since conscious mental phenomena only exist as long as they are experienced. Therefore, mental phenomena are essentially conscious, insofar as their mental character depends on their connection with consciousness. However, to align (a) the acceptance of unconscious mental phenomena with (b) his Cartesian view of consciousness (as the essence of the mind), Searle defends (c) a *dispositional* account of the unconscious. The problem is that some cases of unconscious mental causation require that certain decisive mental properties (sensorial and intentional properties) exist in an *occurrent* way, and not merely as dispositions. By accepting uncon-

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco. Av. da Arquitetura, s/n – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH 15º andar, Cidade Universitária, 50740-550, Recife, PE, Brasil. Email: tarik.de_athayde_prata@alumni.uni-heidelberg.de.

conscious mental causation, Searle (inadvertently) commits himself to a mental existence that is *independent* from consciousness. Such unconscious existence implies that certain mental phenomena are ontologically *objective*, and not subjective as he claims, because they exist without being experienced.

Keywords: Ontological subjectivity, unconscious, disposition, mental causation, objectivity.

Introdução

Ao longo das últimas décadas, o importante filósofo norte-americano John R. Searle tem defendido o naturalismo biológico (Searle, 1983, p. 264; 1995a, p. 366; 1992, p. 1; 1997, p. 7; 1999, p. 54; 2000, p. 57; 2007, p. 172), que forma para ele o esquema metafísico básico a respeito dos fenômenos mentais (Kim, 1995, p. 189; 2014, p. 129). Trata-se de sua *proposta* de solução para o problema mente-corpo, proposta que explicaria como fenômenos mentais podem existir no mundo que conhecemos a partir das ciências da natureza.² Em escritos publicados em meados dos anos 2000, Searle formulou essa teoria em termos de quatro teses fundamentais:

(1) irredutibilidade ontológica: “A consciência assim definida é um fenômeno real no mundo real. Ela realmente existe e nós não podemos nos livrar dela excluindo-a por definição, reduzindo-a a algo outro ou fingindo que ela não existe realmente” (2007, p. 170).

(2) redutibilidade causal: “Estados conscientes são inteiramente causados por processos neurobiológicos de nível inferior no cérebro. Estados conscientes são, portanto, *causalmente redutíveis* a processos neurobiológicos” (2004, p. 113).

(3) natureza de propriedade sistêmica: “Estados conscientes são realizados no cérebro como características do sistema cerebral e, portanto, existem a um nível mais elevado do que o de neurônios e sinapses” (2004, p. 113-4).

(4) eficácia causal: “A consciência funciona causalmente na produção de movimentos corporais e outros efeitos físicos no mundo” (2007, p. 171).

É importante notar que a primeira tese do naturalismo biológico (a irredutibilidade ontológica da consciência), é apresentada como uma consequência da *subjetividade ontológica*. Nas palavras de Searle: “Por ter uma ontologia de primeira pessoa, a consciência não pode ser reduzida a fenômenos de terceira pessoa” (Searle, 1999, p. 53; Searle, 2000, p. 56). Isso significa que a irredutibilidade é pensada por ele como consequência do modo de existência subjetivo (de primeira pessoa³), que ele atribui à consciência, pois isso evidencia a importância da ontologia subjetiva nessa teoria. Tal modo de existência é formulado por ele nos seguintes termos:

Estados de consciência subjetivos têm uma ontologia da primeira pessoa (“ontologia” significa aqui modo de existência), pois eles só existem quando são vivenciados [experienciados] por um sujeito humano ou animal. Eles são vivenciados por um “eu”, que tem a vivência, e é nesse sentido que eles têm uma ontologia da primeira pessoa (Searle, 2002a, p. 41; 2010, p. 59).

O status central da subjetividade ontológica na filosofia da mente de Searle se torna claro se considerarmos que, de acordo com ele (sob óbvia influência de Thomas Nagel, 1974): “(...) a característica absolutamente essencial da consciência é que para todo estado consciente há um modo como se sente [*it feels like*] estar nesse estado” (Searle, 2015, p. 46-47), pois esse *aspecto qualitativo* da consciência implica a sua subjetividade ontológica, uma vez que sentir uma qualidade implica que há um *eu* que a sente (Searle, 2002a, p. 39-40; 2010, p. 57-58; 2004, p. 134-35). E se a subjetividade é essencial para a consciência, evidentemente, ela também o é para todos os fenômenos mentais, pois, para Searle:

Fenômenos mentais são essencialmente conectados com a consciência, e a consciência é essencialmente subjetiva; disso se segue que a ontologia do mental é essencialmente uma ontologia da primeira pessoa. Estados mentais são sempre estados mentais de alguém. Existe sempre uma “primeira pessoa” que tem esses estados mentais. Para a presente discussão, resulta que o ponto de vista da primeira pessoa é primeiro (Searle, 1992, p. 20; 1997, p. 34).

Nessa última passagem citada, Searle explicita sua adesão a uma perspectiva que é historicamente associada ao pensamento de René Descartes (Rosenthal, 1986, p. 331; Armstrong, 1997, p. 721; 1999, p. 14-16; Searle, 1992, p. 164; 1997, p. 236; 2004, p. 13; 2015, p. 202; Marques, 2017, p. 67-68), quando ele fala de uma *conexão essencial* entre fenômenos mentais e consciência. Na visão dele, “(...) não temos noção do mental independentemente de nossa noção de consciên-

² Para uma discussão das teses básicas do naturalismo biológico, ver Crane, 1993; Corcoran, 2001; Nida-Rümelin, 2002; Prata, 2008; 2009; 2010; 2011; 2012a; 2012b.

³ Sobre a diferença entre subjetividade em sentido *ontológico* e em sentido *epistêmico*, ver Searle 1992, p. 32; 1997, p. 19; 1995b, p. 8; Prata, 2007, p. 178-82.

cia” (Searle, 1992, p. 18; Searle, 1997, p. 31), o que tem como consequência que “(...) o estudo da mente é o estudo da consciência, exatamente no mesmo sentido em que a biologia é o estudo da vida” (Searle, 1992, p. 227; 1997, p. 326).

Descartes, por sua vez, concebia o corpo e a alma como *substâncias*⁴, no sentido ontológico do termo (Imaguire, 2007), e considerava que a alma é caracterizada, essencialmente, pelo atributo do pensamento (Descartes, 1979, p. 93-94 [AT, VII, p. 27; AT, IX, p. 21; CSM, II, p. 18]). E o ponto decisivo para nossos presentes propósitos é que ele definiu o pensamento como “(...) tudo quanto está de tal modo em nós que somos disso imediatamente conscientes [*conscii simus*]” (Descartes, 1979, p. 169 [AT, VII, p. 160; AT, IX, p. 124; CSM, II, p. 113]), o que torna a consciência uma característica essencial de todos os fenômenos psíquicos.

De um modo bastante coincidente com essa perspectiva cartesiana⁵, Searle defende que “(...) todas as outras noções mentais – como intencionalidade, subjetividade, causalção mental, inteligência, etc. – só podem ser plenamente compreendidas como *mentais* por meio de suas relações com a consciência” (Searle, 1992, p. 84; 1997, p. 125-26). Mas isso gera um complexo problema para a sua filosofia da mente, pois desde a obra de Freud, no início do século XX, e desde o surgimento do chamado “*new unconscious*” no campo das ciências cognitivas, na década de 1980 (Boag, 2015, p. 240; Searle, 2015, p. 203), a noção de fenômenos mentais *inconscientes* se tornou muito poderosa, e Searle admite que não é possível prescindir de tais fenômenos para explicar o comportamento humano (Searle, 1992, p. 151; 1997, p. 217; 2004, p. 239).

Portanto, se a consciência for considerada a essência do mental, como acomodar os fenômenos *mentais* inconscientes no interior de uma concepção adequada da mente? A resposta de Searle para essa pergunta é uma teoria *disposicional* do inconsciente, segundo a qual estados inconscientes são concebidos como estruturas neurais *capazes* de causar estados conscientes (cf. a próxima seção a seguir), teoria que parece ser sugerida por certas colocações de Descartes.⁶ Entretanto, no meu modo de entender, essa teoria *não* se sustenta (Prata, 2017a; 2017b; 2018)

– pelo menos não em todos os casos de fenômenos mentais inconscientes – pois Searle atribui *eficácia causal* a certos estados mentais inconscientes (cf. a seção 2), e tal eficácia exige a existência *ocorrente* (e não meramente disposicional) das propriedades mentais desses estados.⁷ Em outras palavras, a efetiva eficácia causal exige a existência *ocorrente* de (a) aspecto qualitativo, no caso das sensações, e de (b) conteúdo representativo, no caso dos estados intencionais, mas uma existência que é *independente* da consciência, rompendo, portanto, com a perspectiva cartesiana. Entendo que, ao aceitar a eficácia causal efetiva de certos fenômenos inconscientes, Searle está sendo incoerente com sua visão da consciência como o mais importante dos fenômenos mentais.

E o objetivo do presente trabalho é mostrar que, diante do fracasso da concepção disposicional do inconsciente, se evidencia um grande problema para a tese, defendida por Searle, de que todos os fenômenos mentais são *ontologicamente subjetivos*, pois se propriedades mentais fundamentais (a saber, propriedades sensoriais e propriedades intencionais – Rosenthal, 1986, p. 332-33; Gennaro, 1996, p. 5; Schröder, 2004, p. 26) existem independentemente da consciência, isso significa que os fenômenos mentais que exemplificam essas propriedades existem mesmo quando *não* são vivenciados por um sujeito, de modo que tais fenômenos mentais inconscientes tem que ser considerados ontologicamente *objetivos* (seção 3), e diante do fato de que tanto os fenômenos mentais conscientes quanto os inconscientes tem *a mesma* estrutura ontológica, no sentido de que todos eles são *causados* e *realizados* no cérebro, e exibem as mesmas propriedades psicológicas fundamentais (qualitativas e/ou intencionais), então a subjetividade ontológica não parece ser essencial, sequer, para os fenômenos mentais conscientes (seções 3 e 4).⁸

A teoria disposicional do inconsciente

Seguindo uma perspectiva cartesiana, Searle considera que “A noção de um estado mental inconsciente implica acessibilidade

⁴ “Quando penso que a pedra é uma substância ou uma coisa que é por si capaz de existir, e em seguida que sou uma substância, embora eu conceba de fato que sou uma coisa pensante e não extensa e que a pedra, ao contrário, é uma coisa extensa e não pensante e que, assim, entre essas duas concepções há uma notável diferença, elas parecem, todavia, concordar na medida em que representam substâncias” (Descartes, 1979, p. 107 [AT, VII, p. 44; AT, IX, p. 35; CSM, II, p. 30]). Os números romanos dão as referências nos volumes em latim (volume VII) e em francês (volume IX) da edição completa das obras de Descartes feita por Charles Adam e Paul Tannery (AT), bem como da edição em inglês (volume II) preparada por John Cottingham, Robert Stoothoff e Dugald Murdoch (CSM).

⁵ Apesar de Searle alegar, reiteradamente, que rejeita a filosofia cartesiana (Searle, 1992, p. xii; p. 13-14; p. 164-165; 1997, p. 2; p. 24-5; p. 236-37; 2004, p. 13), entendo que os indícios elencados acima justificam a conclusão de que ele defende uma perspectiva cartesiana a respeito da consciência, entendendo-a como a *essência* do mental.

⁶ “Embora nós sempre estejamos atualmente cientes dos atos ou operações de nossas mentes, nós não estamos sempre cientes das faculdades ou poderes da mente, exceto *potencialmente* [grifo meu]” (AT, VII, p. 246; AT, IX, p. 190; CSM, II, p. 172). Esta passagem não está disponível na edição brasileira das *Objecções e respostas* consultada para a redação do presente artigo.

⁷ Para argumentos a favor desse ponto de vista, ver Rosenthal, 1986, p. 342; Kriegel, 2003, p. 116.

⁸ O argumento que será exposto ao longo do presente artigo, nas seções 2, 3 e 4, é o seguinte: uma vez que tanto estados *conscientes* quanto estados *inconscientes* (quando estes últimos são causalmente efetivos), (a) exibem as *mesmas* propriedades mentais (propriedades qualitativas e/ou intencionais) e uma vez que tanto estados *conscientes* quanto *inconscientes* (b) estão conectados ao cérebro pelas mesmas relações (causação e realização), não há diferença ontológica entre eles. O fato de alguns desses estados mentais (a saber, os estados conscientes) serem vivenciados, é um fato *contingente*, que não interfere em sua ontologia, como Searle (2002a, p. 41; 2010, p. 59) alega interferir. Portanto, os estados conscientes, assim como os inconscientes, são ontologicamente *objetivos*.

de à consciência. Não temos nenhuma noção do inconsciente, a não ser como aquilo que é potencialmente consciente” (Searle, 1992, p. 152; 1997, p. 218). Dessa maneira, estados inconscientes são pensados como entidades neurobiológicas *capazes* de causar consciência, nas circunstâncias adequadas. Esse tipo de atribuição de capacidades causais é, segundo ele, bastante usual, pois “(...) quando, por exemplo, dizemos de uma substância que ela é alvejante ou venenosa, estamos atribuindo a uma ontologia química uma capacidade de disposição causal para produzir determinados efeitos” (Searle, 1992, p. 161; 1997, p. 231). E estaríamos fazendo o mesmo quando dizemos, por exemplo, que um homem adormecido acredita que Trump é o presidente dos Estados Unidos. Nesse caso, estaríamos, simplesmente, “(...) atribuindo a uma ontologia neurobiológica a capacidade de disposição causal para produzir determinados efeitos, a saber, pensamentos conscientes com formas aspectuais específicas” (Searle, 1992, p. 161; 1997, p. 231; 2004, p. 243). Por isso, Searle está defendendo uma visão disposicional do inconsciente, ao alegar que “O conceito de intencionalidade inconsciente é, por conseguinte, aquele de uma *latência* relativamente a sua *manifestação* na consciência” (Searle, 1992, p. 161; 1997, p. 231).⁹

Searle formula essa perspectiva em termos do “princípio da conexão” entre *consciência e intencionalidade* – já que estados intencionais genuínos teriam de ser o tipo de coisa que pode se tornar consciente (Searle, 1992, p. 156; 1997, p. 224), ou, mais recentemente, uma “conexão” entre *inconsciente e consciência* (Searle, 2004, p. 246), já que o estado inconsciente propriamente mental tem de ser capaz de se tornar consciente. A argumentação de Searle (centrada nos estados *intencionais*) para o princípio da conexão, tal como exposta no livro *A redescoberta da mente* (1992, p. 156-61; 1997, p. 224-31)¹⁰, pode ser formulada como se segue:

(1)¹¹ Há uma distinção entre intencionalidade *intrínseca* e intencionalidade *como-se*;

(2) Estados intencionais inconscientes são *intrínsecos*;

(3) Todos os estados intencionais intrínsecos (conscientes ou não), sempre tem *formas aspectuais*¹²;

(4) Formas aspectuais não podem ser completamente caracterizadas apenas em termos de *predicados objetivos*;

(5) A ontologia dos estados mentais inconscientes, durante o tempo em que são inconscientes, é *inteiramente objetiva*.

Para dissolver a aparente contradição (entre a subjetividade da forma aspectual e a objetividade dos estados inconscientes), Searle conclui que:

(6) A noção de um estado intencional inconsciente é a noção de um estado que é um pensamento ou experiência consciente *possível*;

(7) A ontologia do inconsciente consiste em características objetivas do cérebro *capazes de causar* pensamentos conscientes subjetivos (tese 7’).¹³

Examinando a compatibilidade mútua, bem como as consequências lógicas, dessas diversas teses – tanto nas formulações do naturalismo biológico, quanto no argumento para o princípio da conexão – podemos construir uma compreensão muito mais clara e segura do modo de existência dos fenômenos mentais inconscientes com o qual Searle está comprometido. Mas é fundamental considerar nesse exame uma outra tese que Searle – em consonância com o clima intelectual contemporâneo – sustenta, pois (como foi mencionado acima) ela tem graves consequências para a visão cartesiana da consciência que Searle defende. Trata-se da tese de que estados mentais inconscientes podem *causar* ações humanas (como pensariam psicanalistas e cientistas cognitivos), pois ao aceitar a efetiva eficácia causal do inconsciente, ele está, inadvertidamente, se comprometendo com uma existência mental que é *independente* da consciência.

A eficácia causal do inconsciente

Searle reconhece, em diversas passagens de seus escritos, a eficácia causal inconsciente tanto de certos (a) estados *sensoriais* – caracterizados, principalmente, por um aspecto qualitativo – quanto de certos (b) estados *intencionais* – caracterizados, principalmente, por um conteúdo representativo. No tocante a estados sensoriais, pensemos no exemplo de dores crônicas que fazem com que uma pessoa acorde durante a noite (Searle, 1992, p. 164; 1997, p. 236), ou no exemplo de um ferimento que a pessoa adormecida protege, inconscientemente, durante o sono (Searle, 1992, p. 165; 1997, p. 237; 2004, p. 244). No tocante a estados intencionais, pensemos no exemplo de alguém que pratica uma ação por sugestão hipnótica (Searle, 1992, p. 166; 1997, p. 238; 2004, p. 241), ou por efeito de uma emoção inconsciente (Searle, 1992, p. 166; 1997, p. 239; 2004, p. 240).

Em consonância com a sua visão cartesiana da consciência e de sua teoria disposicional do inconsciente, Searle afirma, a respeito do que a psicanálise chamou de “inconsciente

⁹ Para uma discussão dessa perspectiva disposicional do inconsciente, ver Prata, 2017a, p. 210-12; 2017b, p. 387-89.

¹⁰ Ver também Searle, 1989, p. 198-202; Searle, 1990, p. 586-88.

¹¹ Enquanto as teses fundamentais do naturalismo biológico, expostas na Introdução, não recebem marcação, todas as teses reconstituídas a partir de agora serão marcadas com o índice “ ’ ”.

¹² Ele caracteriza a noção de *forma aspectual* nos seguintes termos “Um homem pode acreditar, por exemplo, que a estrela no céu é a Estrela da Manhã sem acreditar que é a Estrela Vespertina. Um homem pode, por exemplo, querer beber um copo d’água sem querer beber um copo de H₂O. Há um número indefinidamente grande de descrições corretas da Estrela Vespertina e de um copo d’água, mas acredita-se em algo em relação a elas, ou deseja-se algo delas somente sob determinados aspectos e não sob outros. Toda crença e todo desejo, na verdade todo fenômeno intencional, tem uma forma aspectual.” (Searle, 1992, p. 157; 1997, p. 225-26).

¹³ Para uma interessante discussão desse argumento, ver Van Gulick (1995).

dinâmico” (o inconsciente capaz de afetar nossas ações), que: “(...) a ontologia da motivação inconsciente, quando inconsciente, é a de uma estrutura neurobiológica capaz de causar a motivação em uma forma consciente e capaz de *causar comportamento* apropriado a essa motivação” (Searle, 2004, p. 245, grifo meu).¹⁴ Isso significa que, junto às teses fundamentais do naturalismo biológico, e às teses constituintes do argumento para o princípio da conexão, devemos acrescentar a tese de que:

(8’) Estados intencionais¹⁵ inconscientes *causam* ações humanas.

Mas essa tese gera problemas para a teoria de Searle, pois para que um estado intencional (quer consciente quer inconsciente) seja capaz de causar uma ação, ele tem que causá-la *em virtude* de sua específica forma aspectual, do contrário, o estado intencional não seria capaz de delimitar com exatidão o estado de coisas pertinente à ação, de modo que não se poderia afirmar que a ação foi causada por aquele exato estado intencional (Se o estado que causa um comportamento não possui forma aspectual, isto é, não representa dado comportamento sob um determinado aspecto, como ele poderia ser causalmente conectado a esse comportamento? – Prata, 2019, p. 20 e 23). Se aceitarmos essa tese, a saber, que:

(9’) Estados intencionais exercem sua eficácia causal *em virtude* de sua forma aspectual

então, da alegação de que:

(10’) O estado intencional inconsciente *E* causa a ação *A* no tempo *t*
segue-se que:

(11’) O estado intencional inconsciente *E* possui forma aspectual *ocorrente* no tempo *t*.

A ocorrência efetiva, e não meramente disposicional, da forma aspectual do estado inconsciente *E* no tempo *t* indica que esse estado, embora careça de propriedades fenomenológicas (pois *não é* vivenciado), possui uma importantíssima propriedade mental, justamente a sua forma aspectual, que Searle considera a essência dos fenômenos intencionais (Searle, 2004, p. 247).¹⁶

Evidentemente, a existência efetiva dessa propriedade mental inconsciente contradiz as teses (6’) e (7’), que delinham a visão disposicional de Searle (pois a forma aspectual é concebida por ele como algo que *só existe* conscientemente), bem como abre a possibilidade de que a (suposta) impossibilidade de se caracterizar completamente a forma aspectual em termos objetivos (4’) seja devida a *limitações epistêmicas* nossas, e não à (suposta) circunstância ontológica de que a forma aspectual não *existiria* enquanto um fenômeno objetivo. Sobre a tese (4’) ele afirma:

Mesmo que tivéssemos uma ciência perfeita do cérebro, e ainda que tal ciência perfeita do cérebro nos permitisse colocar nosso cerebroscópio no crânio da pessoa e perceber que ela queria água, mas não H₂O, ainda assim haveria uma inferência [grifo meu] – ainda teríamos que ter alguma conexão nomológica [lawlike] que nos habilitasse a inferir, a partir de nossas observações da arquitetura neural e das descargas neurônicas, que eram realizações do desejo de água, e não do desejo de H₂O (Searle, 1992, p. 158; 1997, p. 227-28).

Ainda que Searle, nessa página do livro, levante explicitamente pretensões ontológicas, o que ele está destacando nesta passagem é um problema *epistêmico*, um problema relativo ao nosso conhecimento, não um problema ontológico.

Porém, se o estado intencional inconsciente *não é* vivenciado, e, mesmo assim, a forma aspectual (o aspecto específico sob o qual esse estado representa suas condições de satisfação) existe de modo *ocorrente* (ao ponto do estado inconsciente exercer poderes causais), então esse estado intencional inconsciente existe, *sim*, de modo objetivo.

Mas se deixarmos de lado a visão disposicional – excluída pela tese (11’) – aceitando a existência de propriedades genuínas e efetivamente mentais independentes da consciên-

¹⁴ É interessante notar que os rudimentos de uma perspectiva bastante promissora para o entendimento disposicional do inconsciente já pode ser encontrada no *Projeto para uma psicologia científica*, de Sigmund Freud, ainda que Freud não fosse, ele mesmo, um defensor da teoria disposicional (Freud, 1982, p. 29). Como esclarece Caropreso: “Para haver qualquer acúmulo de quantidade, é preciso que algo ofereça resistência à sua passagem. Uma vez que a arquitetura dos neurônios foi descrita como favorecendo o escoamento da excitação, essa resistência deve situar-se em outro lugar, a saber, nos pontos de contato entre os neurônios, como sugere Freud. Esses contatos funcionariam como barreiras para a passagem da corrente de excitação nervosa, e, para que essas barreiras fossem superadas, seria necessário que a corrente adquirisse uma intensidade superior à de sua capacidade de resistência. Quando esta fosse superada, seria formada ali uma ‘facilitação’, isto é, a resistência da barreira de contato ultrapassada seria diminuída e, numa próxima ocasião em que os mesmos neurônios fossem ocupados, a quantidade encontraria uma resistência menor e o mesmo caminho anterior tenderia a ser percorrido. Dessa forma, as facilitações constituiriam traços permanentes no aparelho, que tornariam a memória possível” (Caropreso, 2008, p. 109). O ponto relevante para a concepção disposicional do inconsciente é que as estruturas neurais capazes de causar, ou (i) o comportamento ou (ii) o estado mental em forma consciente, podem ser pensadas como redes neurais nas quais certos percursos sinápticos estão facilitados, favorecendo, em certas circunstâncias, a causação de estados mentais conscientes (ou de comportamento inconscientemente causado). Meu argumento contra a concepção disposicional de Searle, no presente trabalho, é que, quando estados inconscientes exercem efetivamente poderes causais, eles não podem ser pensados como meros *percursos facilitados* em redes neurais. Eles tem que ser pensados como descargas neurais *ocorrendo efetivamente*, descargas que *realizam* fenômenos mentais ontologicamente objetivos.

¹⁵ Como vimos, ele atribui eficácia causal tanto a estados *sensoriais* quanto a estados *intencionais*. Mas apenas estes últimos são relevantes na discussão do inconsciente dinâmico.

¹⁶ Para uma discussão mais pormenorizada das teses relativas à eficácia causal do inconsciente, ver Prata 2019, p. 21-22.

cia, impõe-se a pergunta a respeito desse modo objetivo de existência dos fenômenos *mentais* inconscientes nos marcos do naturalismo biológico de Searle.

Se estados mentais conscientes são *causados* (tese 2) e *realizados* (tese 3) no sistema nervoso central, já que os estados inconscientes só existem enquanto processos cerebrais (tese 5')¹⁷, fica claro que tanto os estados mentais conscientes quanto os estados inconscientes possuem a mesma estrutura fundamental, estrutura constituída por certos padrões de atividade eletroquímica no cérebro. Como esclarece Searle: "(...) as vezes, um *grande pedaço* do sistema tálamo-cortical é consciente" (Searle, 2002b, p. 60-61, grifo meu), o que significa que "(...) neurônios individuais não são conscientes, mas *porções* do sistema cerebral composto de neurônios são conscientes" (Searle, 2004, p. 114, grifo meu). Desse modo, os estados conscientes "(...) estão localizados no espaço do cérebro em certos períodos de tempo" (Searle, 2004, p. 117), e não parece haver alternativa além de admitir que os estados inconscientes também só podem existir como atividade eletroquímica que se estende por certas porções do cérebro (Prata, 2008, p. 12).

O ponto é que, assim como os estados mentais conscientes existem sendo *causados e realizados* em determinadas extensões do sistema nervoso central, os estados inconscientes também só podem existir desse mesmo modo. Ou seja, mostra-se razoável conceber tanto (i) os estados mentais conscientes quanto (ii) os estados inconscientes como *propriedades sistêmicas* do cérebro, ainda que os estados inconscientes sejam propriedades sistêmicas desprovidas de aspecto qualitativo e caráter subjetivo.

É importante ressaltar que, nos casos em que os fenômenos inconscientes permaneçam *inertes*, é até *bastante* razoável atribuir a eles uma existência disposicional, e apesar da perspectiva defendida no presente trabalho, Searle pode estar correto em dizer que tais fenômenos inconscientes (*inertes*) existem como disposições (Prata, 2018, p. 520). O problema para a visão disposicional apontada no presente trabalho diz respeito, apenas, aos estados inconscientes que, efetivamente, *exercem* uma determinada eficácia causal. Se um estado inconsciente *causa* uma ação, sua forma aspectual tem que existir efetivamente, pois ela é condição indispensável para tal causação, e se sua propriedade mental mais importante existe de modo efetivo, então, esse estado intencional inconsciente

não pode existir apenas como uma disposição (Prata, 2019 p. 22). Mas se ele não existe de maneira disposicional, como é, exatamente, que ele existe?

A ontologia do inconsciente

Se o estado inconsciente – causalmente eficaz – não existe como uma disposição, então ele deve existir como um *processo cerebral* que é, ele mesmo, uma *propriedade sistêmica* de determinadas porções do cérebro – determinadas arquiteturas de neurônios – embora tal propriedade sistêmica (causada e realizada no cérebro) nada tenha a ver com o campo unificado de consciência qualitativa e subjetiva (Searle, 2002a, p. 39; 2010, p. 56-57; 2004, p. 136-37; Prata, 2017c, p. 437-43; 2017d, p. 51-57). Mas é importante levar em conta que se o estado inconsciente existe, de fato, como um processo cerebral, isso significa que esse processo – que se *esgota* em uma larga série de estados e eventos eletroquímicos em arquiteturas de neurônios –, quando exerce poderes causais, tem uma forma aspectual ocorrente, que é uma propriedade mental que Searle alega não existir no domínio neurobiológico (Searle, 1992, p. 161; 1997, p. 232; 2004, p. 247).

Considerando que: (a) diante da ideia de que uma série de descargas eletroquímicas (descritas com os meios da física e da química) *seria*, ela mesma, uma forma aspectual, a tese (4') de Searle, a saber, a tese de que a forma aspectual não pode ser completamente caracterizada apenas em termos de *predicados objetivos*, se mostra plausível (pois há uma *assimetria* entre a descrição em termos físicos e a descrição em termos mentais), o que dá força à ideia de uma irreduzibilidade ontológica; e considerando que (b) Searle acredita que os fenômenos conscientes poderiam existir em sistemas físicos não biológicos (Searle, 1999, p. 53; 2000, p. 57)¹⁸, parece mais razoável dizer que o estado inconsciente (caracterizado essencialmente por sua forma aspectual) é *realizado* por um processo cerebral – no caso dos organismos humanos – mas não é *idêntico* a esse processo cerebral (desse modo, a forma aspectual *não* poderia ser identificada com processos *descritos fisicamente*), o que fundamenta a irreduzibilidade em uma *múltipla realizabilidade*.

Do fato de que a descrição em termos físicos parece *incapaz* de capturar as características do estado intencional

¹⁷ Ele nos pede para imaginar um homem completamente inconsciente, em um sono sem sonhos (Searle, 1990, p. 588; 1992, p. 159; 1997, p. 229), a quem, obviamente, temos de atribuir uma vasta série de crenças e desejos inconscientes, e argumenta que a única coisa que pode existir enquanto ele está completamente inconscientes são *atos neurobiológicos*, de modo que seus estados inconscientes só podem existir enquanto sequências de eventos neurofisiológicos ocorrendo em arquiteturas de neurônios (Searle, 1989, p. 201-2; 1990, p. 588; 1992, p. 159; 1997, p. 229). Certamente, estados inconscientes nos quais o indivíduo se encontra enquanto está desperto também só podem existir na forma de atividade eletroquímica no cérebro.

¹⁸ Já no seu influente artigo *Mentes, cérebros e programas*, Searle defendia que "(...) de fato seria possível produzir consciência, intencionalidade e tudo o mais usando princípios químicos diferentes dos usados por seres humanos. Como eu disse, é uma questão empírica" (Searle, 1980, p. 422; 1996, p. 86). No livro *Mente, cérebro e ciência* ele declarou que "(...) decerto, algum outro sistema poderá causar processos mentais utilizando características químicas ou bioquímicas inteiramente diferentes das que o cérebro efetivamente usa. Pode ser que venha a descobrir-se que, noutros planetas ou noutros sistemas solares, existem seres com estados mentais que utilizam uma bioquímica inteiramente diversa da nossa" (1984, p. 41; s/d, p. 50). De todo modo, sobre a ambiguidade de Searle entre a adesão a uma (i) *teoria da identidade* ou à (ii) *múltipla realizabilidade* do funcionalismo, ver Rapaport, 1986, p. 276; Schäfer, 1994, p. 125.

descritíveis em termos mentais, e do fato de que estados intencionais poderiam existir em sistemas distintos fisicamente de nossos cérebros, segue-se que a relação entre o mental e o físico *não pode* ser uma relação de identidade. Temos, então, um cenário no qual um determinado estado intencional inconsciente existe, em um organismo humano, na forma de um determinado processo cerebral, sem que esse estado inconsciente, com sua forma aspectual, possa ser propriamente *identificado* com tais e tais descargas eletroquímicas, pois esse mesmo estado inconsciente poderia existir, por exemplo, em um sistema artificial, na forma de um processo físico diferente do processo cerebral que encontramos nos seres humanos.

Mas trata-se de um cenário no qual esse estado inconsciente *não* é parte de uma consciência (enquanto campo unificado, qualitativo e subjetivo) de modo que ele *não* tem uma ontologia subjetiva. Se é verdade que esse estado inconsciente *não* pode ser reduzido a um processo cerebral, isso não ocorre – como defende Searle (1992, p. 117; 1997, p. 170) para o caso de fenômenos conscientes – devido a uma ontologia subjetiva, pois o estado inconsciente *não tem*, segundo o próprio Searle, uma ontologia subjetiva. O estado inconsciente é irredutível a um processo cerebral porque ele poderia existir na forma de *outros* processos físicos (biológicos ou não biológicos), ou seja, porque ele é *multiplamente realizável*.

Mas além do fato de a subjetividade ontológica ser *dispensável* para a irredutibilidade (tanto de estados conscientes quanto de inconscientes), pois a irredutibilidade decorre de uma múltipla realizabilidade, essa subjetividade ontológica, sustentada por Searle, *não* pode ser aceita, pois ela é incompatível com a existência *ocorrente* da forma aspectual de estados intencionais inconscientes (tese 11'), quando eles exercem eficácia causal. Se o estado intencional inconsciente possui uma forma aspectual ocorrente, então ele é genuinamente mental, mas não é vivenciado, de modo que ele não pode ser ontologicamente subjetivo. Em suma, o estado intencional inconsciente é um estado (a) *mental*, (b) dotado de *forma aspectual*, e (c) *realizado* por algum processo físico (sem ser idêntico a ele); embora possa transcorrer em nosso psiquismo sem que tenhamos nenhuma ideia dele, tal como se ele não existisse. Desse modo, estados intencionais inconscientes existem *sem serem* vivenciados, desfrutando, assim, de uma ontologia *objetiva*.

Considerações finais: a ontologia da consciência

Quando nos encontramos em estados mentais *conscientes*, constatamos vivencialmente suas propriedades mentais (qualitativas e intencionais), e de acordo com o naturalismo biológico, esses estados conscientes são *causados* e *realizados* no sistema nervoso. Os estados mentais *inconscientes*, por sua

vez, no que possuem uma existência neurobiológica (Searle, 1989, p. 201-202; 1990, p. 588; 1992, p. 159; 1997, p. 229), também só podem ser propriedades sistêmicas *causadas* e *realizadas* no sistema nervoso, e quando esses estados inconscientes exercem poderes causais¹⁹, eles estão dando mostras de possuir suas propriedades genuinamente mentais.

Se tanto estados mentais *conscientes* quanto *inconscientes* exibem propriedades genuinamente mentais (qualitativas e/ou intencionais), ao mesmo tempo em que estão conectados ao cérebro pelas mesmas relações, a *causação* e a *realização*, isso significa que eles são *fundamentalmente semelhantes*. E no que eles são, assim, tão semelhantes, não parece razoável supor que haja entre eles a diferença ontológica entre subjetividade e objetividade. Já que estados inconscientes (no que não são vivenciados) possuem ontologia objetiva, então, os estados conscientes também só podem ter uma ontologia objetiva (mesmo quando são vivenciados).

Em outras palavras, se tanto estados *conscientes* quanto *inconscientes* preservam suas propriedades distintivas (qualitativas e/ou intencionais), e existem no mundo físico da mesma forma (ou seja como propriedades sistêmicas *causadas* e *realizadas* no cérebro), o fato de os estados conscientes serem vivenciados não pode ser definidor de sua ontologia, ele tem de ser um fato *contingente*, isto é, um fato sem o qual o fenômeno mental pode continuar a existir, com as mesmas propriedades fundamentais.

Isso se torna claro quando consideramos que os estados inconscientes (quando exercem eficácia causal), exemplificam as mesmas propriedades fundamentais dos estados conscientes²⁰, ao ponto de serem capazes de exercer os mesmos poderes causais de estados conscientes, embora não sejam vivenciados.

O que é definidor da ontologia de um estado mental, seja ele *consciente* ou *inconsciente*, é que ele exemplifique propriedades genuinamente mentais e exista como uma propriedade sistêmica causada e realizada no cérebro. E no que um estado mental pode exemplificar suas propriedades e existir como propriedade sistêmica *sem ser vivenciado*, sua ontologia é, nos termos de Searle, *objetiva*. Que ele seja vivenciado é algo que não interfere em suas propriedades fundamentais, de modo que a vivência não torna seu modo de existência um modo subjetivo.

Para explicitar isso, consideremos um exemplo: suponhamos que alguém está no centro da cidade, para resolver algum assunto, e subitamente se lembra de que precisa comprar algo em uma loja nas imediações de onde ele se encontra. Suponhamos que ele decide ir imediatamente comprar esse produto, e começa a se mover na exata direção da loja. No que ele pensa conscientemente a respeito da localização da loja, podemos dizer que o seu movimento corporal rumo a ela é causado por sua crença consciente de que a loja se encontra em tal e tal lugar, crença cujas propriedades intencionais ele vivencia conscientemente (ao pensar conscientemente na localização da loja).

¹⁹ Quando não exercem, talvez eles possam, de fato, existir como meras disposições.

²⁰ A saber, tanto as propriedades (a) *qualitativas* e (b) *intencionais*, quando for o caso, quanto as propriedades de serem (c) *causados* e (d) *realizados* no sistema nervoso central.

Suponhamos, entretanto, que enquanto caminha em direção da loja ele se *distraia*, passando a pensar em outras coisas, mas continue a caminhar de modo a se aproximar da loja cada vez mais. Nesse caso, podemos dizer que o seu movimento corporal é causado (entre outras coisas)²¹ por aquela *mesma crença*, com seu conteúdo representativo específico, com a diferença de que ela agora *não* é consciente. Se, instantes depois, ele voltar a pensar conscientemente na localização da loja, parece perfeitamente razoável dizer que *a mesma crença*, com seu conteúdo específico, que causa seu comportamento de caminhar, voltou a adquirir a propriedade de ser consciente, sem a qual ela havia continuado perfeitamente a existir (afinal ela continuava, enquanto estava inconsciente, *causando* o comportamento de caminhar), e sem a qual esse mesma crença poderá continuar a existir quando ela se tornar, novamente, inconsciente.

Se a *mesma crença* (causada e realizada no cérebro) causa um certo comportamento (neste caso, o de caminhar em determinada direção) ora de forma consciente, ora de forma inconsciente, a propriedade de ser consciente parece ser de pouca relevância para a ontologia dessa crença, pois ela continua a existir independentemente de se exemplifica ou não essa propriedade. Sendo assim, se a crença inconsciente, obviamente, tem uma ontologia *objetiva*, nos termos de Searle, pois ela não é vivenciada, então, a crença consciente não pode ser diferente da crença inconsciente nesse aspecto, pois elas, na verdade, são *uma só*, e o fato de ela ser, ocasionalmente, vivenciada, não pode fazer nenhuma diferença em relação ao seu modo de existência.

Se tanto estados mentais conscientes quanto inconscientes preservam suas características distintivas (aspecto qualitativo e/ou forma aspectual), e os inconscientes as preservam independentemente de serem vivenciados, isso significa que os dois tipos de estados mentais (conscientes e inconscientes) são *estruturalmente idênticos*, de modo que o fato de alguns deles, os conscientes, serem vivenciados, se revela como um pequeno detalhe, já que os estados inconscientes podem exemplificar as mesmas características dos estados conscientes sem serem vivenciados. O fato de serem vivenciados não parece constitutivo do modo de existência de nenhum estado mental, de modo que a subjetividade ontológica se mostra insustentável, mesmo no caso dos estados mentais conscientes. Portanto o fracasso da teoria disposicional do inconsciente (no caso particular dos estados inconscientes causalmente efetivos) acaba revelando uma grande dificuldade para a tese da subjetividade ontológica, tão importante no naturalismo biológico.

Referências

ADAM, Ch.; TANNERY, P. (eds.). 1996. *Ouvres de Descartes – Meditationes de prima filosofia*, Vol. VII, Paris, Vrin.

ADAM, Ch.; TANNERY, P. (eds.). 1996. *Ouvres de Descartes – Méditations et principes (traduction française)*, Vol. IX, Paris, Vrin.

ARMSTRONG, A. 1997. What is Consciousness? In: N. BLOCK; O. FLANAGAN; G. GÜZELDERE (eds.), *The Nature of Consciousness: Philosophical Debates*. Cambridge, MAS, MIT Press, p. 721-728.

ARMSTRONG, A. 1999. *The Mind-Body Problem: An Opinionated Introduction*. Boulder and Oxford, Westview Press.

BOAG, S. 2015. In defense of unconscious mentality. In: S. BOAG; L. A. W. BRAKEL; V. TALVITIE (eds.), *Psychoanalysis and Philosophy of Mind: Unconscious Mentality in the Twenty-First Century*. London, Karnac Books, p. 239-65.

CAROPRESO, F. 2008. *O nascimento da metapsicologia freudiana: representação e consciência na obra inicial de Freud*. São Carlos, Edufscar.

CORCORAN, K. 2001. The Trouble with Searle's Biological Naturalism. *Erkenntnis*, **55**(3): 307-324.

COTTINGHAM, J.; STOOOTHOF, R.; MURDOCH, D. (eds.). 1984. *The Philosophical Writings of Descartes*, Vol. II. Cambridge, Cambridge University Press.

CRANE, T. 1993. Review on The Rediscovery of The Mind. *International Journal of Philosophical Studies*, **1**(2): 313-323.

DESCARTES, R. 1979. *Discurso do método; Meditações; Objeções e Respostas; As Paixões da Alma; Cartas*. 2ª Edição. São Paulo, Abril Cultural (Os Pensadores).

FREUD, S. 1982. *Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse. Neue Folge der Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse*. Frankfurt am Main, Fischer Taschenbuch Verlag, (Studienausgabe Band I).

GENNARO, R. 1996. *Consciousness and Selfconsciousness: A Defense of the Higher Order Thought Theory of Consciousness*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing.

IMAGUIRE, G. 2007. A substância e suas alternativas: feixes e tropos. In: G. IMAGUIRE; C. L. S. ALMEIDA; M. A. OLIVEIRA (eds.), *Metafísica Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, p. 271-289.

KIM, J. 1995. Mental Causation in Searle's 'Biological Naturalism'. *Philosophy and phenomenological Research*, **55**(1): 189-194.

KIM, J. 2014. Causação mental no 'Naturalismo Biológico' de Searle. *Perspectiva filosófica*, **41**(2): 128-35.

KRIEDEL, U. 2003. Consciousness as Intransitive Self-Consciousness: Two Views and an Argument. *Canadian Journal of Philosophy*, **33**(1): 103-132.

MARQUES, E. 2017. Consciência e autoconsciência em Leibniz. *Analytica*, **21**(1): 67-83.

NAGEL, T. 1974. What is it like to be a bat? *Philosophical Review*, **83**(4): 435-450.

NIDA-RÜMELIN, M. 2002. Causal Reduction, Ontological Reduction and First-Person Ontology. Notes on Searle's Views about Consciousness. In: G. GREWENDORF; G. MEGGLE (eds.), *Speech Acts, Mind and Social Reality: Discussions with John R. Searle*. Dordrecht, Boston, London, Kluwer Academic Publishers, p. 205-221.

²¹ A crença de que a loja se encontra em local x é capaz de causar esse comportamento (de caminhar em direção a ela), junto com a crença de que o produto é vendido lá, mais o desejo de adquirir o produto e a intenção de adquiri-lo naquele momento, entre outros estados mentais.

- PRATA, T. A. 2007. Subjetividade ontológica na filosofia mente de John Searle. *Philosophos* (UFG), **12**(2): 171-204.
- PRATA, T. A. 2008. Dificuldades da concepção de John Searle sobre a redução da consciência: o problema das capacidades causais. *Princípios* (UFRN), **15**(24): 5-29.
- PRATA, T. A. 2009. Características e dificuldades do Naturalismo Biológico de John Searle. *Philosophos* (UFG), **14**(1): 141-173.
- PRATA, T. A. 2010. John Searle sobre a identidade e a eficácia causal da consciência. *Prometeus* (UFS), 5: 9-23.
- PRATA, T. A. 2011. É incoerente a concepção de Searle sobre a consciência? *Manuscrito* (UNICAMP), **34**(2): 557-278.
- PRATA, T. A. 2012a. É o naturalismo biológico uma concepção fiscalista? *Principia* (UFSC), **16**(2): 255-276.
- PRATA, T. A. 2012b. Sobre a relação entre as propriedades subjetivas e objetivas segundo o naturalismo biológico de John Searle. *Filosofia Unisinos*, **13**(3): 406-421.
- PRATA, T. A. 2017a. A concepção disposicional do inconsciente na filosofia da mente de John Searle. *Reflexões* (UVA), 11: 201-216.
- PRATA, T. A. 2017b. Uma crítica à concepção disposicional de Searle sobre os fenômenos mentais inconscientes. In: A. ARAÚJO et al. (eds), *Pragmatismo, filosofia da mente e filosofia da neurociência*. São Paulo, ANPOF, p. 387-403.
- PRATA, T. A. 2017c. A estrutura da autoconsciência na filosofia da mente de John Searle. *Veritas* (PUCRS), **62**(2): 428-452.
- PRATA, T. A. 2017d. A concepção de consciência de John Searle e o problema da unidade da experiência. In: M. J. ALVES DE SOUZA; M. M. LIMA FILHO (eds.), *Escritos de Filosofia II: Linguagem e Cognição*. Maceió, Edufal, p. 45-66.
- PRATA, T. A. 2018. Uma objeção à concepção disposicional dos fenômenos mentais inconscientes. *Principia* (UFSC), **22**(3): 507-526.
- PRATA, T. A. 2019. A teoria disposicional de Searle sobre os fenômenos inconscientes e o problema da eficácia causal. *Pensando – Revista de Filosofia* (UFPI), **10**(19): 11-25.
- RAPAPORT, W. R. 1986. Searle's Experiment with Thought. *Philosophy of Science*, **53**(2): 271-279.
- ROSENTHAL, D. 1986. Two Concepts of Consciousness. *Philosophical Studies*, **49**(3): 329-359.
- SCHÄFER, E. 1994. *Grenzen der Künstlichen Intelligenz: John Searles Philosophie des Geistes*. Stuttgart, Berlin, Colônia, Kohlhammer.
- SCHRÖDER, J. 2004. *Einführung in die Philosophie des Geistes*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- SEARLE, J. R. 1980. Minds, Brains and Programs. *Behavioural and Brain Sciences*, **3**(3): 417-424.
- SEARLE, J. R. 1983. *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SEARLE, J. R. 1984. *Minds, Brains, and Science*. Cambridge, MAS, Harvard University Press.
- SEARLE, J. R. 1989. Consciousness, Unconsciousness, and Intentionality. *Philosophical Topics*, **17**(1): 193-209.
- SEARLE, J. R. 1990. Consciousness, Explanatory Inversion, and Cognitive Science. *Behavioral and Brain Sciences*, **13**(1): 585-642.
- SEARLE, J. R. s/d. *Mente, cérebro e ciência*. Lisboa: Edições 70.
- SEARLE, J. R. 1992. *The Rediscovery of the Mind*. Cambridge, MAS, MIT Press.
- SEARLE, J. R. 1995a. *Intencionalidade*. São Paulo, Martins Fontes.
- SEARLE, J. R. 1995b. *The Construction of Social Reality*. New York, The Free Press.
- SEARLE, J. R. 1996. Mentes, cérebros e programas. In: J. F. TEIXEIRA (ed.). *Cérebros, máquinas e consciência: uma introdução à filosofia da mente*. São Carlos, Edufscar, p. 61-94.
- SEARLE, J. R. 1997. *A Redescoberta da Mente*. São Paulo, Martins Fontes.
- SEARLE, J. R. 1999. *Mind, Language and Society: Doing Philosophy in the Real World*. New York, Basic Books.
- SEARLE, J. R. 2000. *Mente, linguagem e sociedade: filosofia no mundo real*. Rio de Janeiro, Rocco.
- SEARLE, J. R. 2002a. *Consciousness and Language*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SEARLE, J. R. 2002b. Why I Am Not a Property Dualist. *Journal of Consciousness Studies*, **9**(12): 57-64.
- SEARLE, J. R. 2004. *Mind: A Brief Introduction*. Oxford, Oxford University Press.
- SEARLE, J. R. 2007. Dualism Revisited. *Journal of Physiology – Paris*, **101**(4-6): 169-178.
- SEARLE, J. R. 2010. *Consciência e linguagem*. São Paulo, Martins Fontes.
- SEARLE, J. R. 2015. *Seeing Things as They Are: A Theory of Perception*. Oxford, Oxford University Press.
- VAN GULICK, R. 1995. Why the Connection Argument Doesn't Work. *Philosophy and Phenomenological Research*, **55**(1): 201-207.

Submetido em 15 de novembro de 2019.

Aceito em 21 de fevereiro de 2020.